

O IDEB COMO FERRAMENTA DA GESTÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS.

Andréia Melanda Chirinéa ¹

RESUMO

O trabalho se propõe a analisar os impactos que as avaliações externas e o Ideb têm sobre as ações empreendidas pela gestão educacional, do ponto de vista da adequação de ações que de um lado, enfatizam o papel da gestão na qualidade do ensino, e de outro, responsabilizam as unidades escolares pelas dificuldades ou fracassos das políticas praticadas. Para tanto buscou-se analisar as políticas públicas brasileiras implementadas a partir da segunda metade da década de 1990, e a nova concepção de Estado neoliberal, gerencial e regulador. Para subsidiar tais análises apoiamos-nos nos trabalhos realizados Ball (2001, 2005 e 2006), Barroso (2005), Mainardes (2006), Schneider e Nardi (2013) e Souza (2014). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo como mecanismos de coleta de dados os resultados do Ideb disponibilizados no site do Inep, análise documental e entrevistas semi estruturadas com a secretária municipal da educação, bem como com os gestores das escolas municipais de ensino fundamental. As análises privilegiaram a *policy cycle approach* ou abordagem do ciclo de políticas, ancorado nos estudos de Bowe, Ball e Gold (1992) e sistematizado por Mainardes (2006). As investigações realizadas nos permitiram considerar que o Ideb é o principal indutor de opções políticas realizadas no micro contexto da escola e se constitui como principal regulador das políticas implantadas pelo Estado que tem nas avaliações externas os mecanismos de controle e adequação dos processos educativos nos moldes considerados essenciais para as políticas neoliberais como competitividade, visibilidade, eficiência e eficácia.

Palavras-chave: Gestão educacional, Avaliação externa, Políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

As políticas de gestão baseadas em resultados implicam necessariamente em aspectos como descentralização e autonomia das escolas e na avaliação da qualidade baseada no controle dos resultados, via avaliação externa.

No Brasil, a avaliação externa é representada por testes padronizados que permitem, segundo Fernandes (2007) detectar baixos resultados em escolas e sistemas de ensino, assim como corrigi-los e monitorar a evolução dos alunos por meio das taxas de aprovação, reprova e evasão.

Diante de tais desafios, cabe a gestão acompanhar e monitorar suas unidades escolares, além de planejar, organizar e controlar os mecanismos indispensáveis para a eficiência e eficácia escolar, contribuindo para uma melhor qualidade. Empreende-se para tanto, um conjunto de políticas para cumprir ou alcançar os resultados almejados, ao mesmo tempo em que a própria gestão do sistema,

¹ Doutora em Educação. Professora da Educação Básica e dos cursos de licenciatura do Unisagrado. andrea.chirinea@educa.sp.gov.br

repassa para a escola a responsabilidade pelos resultados, numa dinâmica chamada de *accountability*, ou seja, a responsabilização e da prestação de contas por parte de todos os envolvidos no processo de ensinar e aprender.

Os dados gerados pelo Ideb constituem subsídios para a formulação e implantação de políticas públicas. Essas políticas, no bojo da concepção neoliberal, tendem a atribuir aos sistemas de ensino e às escolas a responsabilização e a prestação de contas pelos serviços educacionais prestados, bem como articular dentro do próprio sistema de ensino ações que propiciem alcançar a meta do índice.

O termo *accountability* passou a ser designado para expressar a responsabilidade educacional, reforçando o gerencialismo dos sistemas de ensino e escolas ante o termo.

Tanto Afonso (2009) quanto Vianna (1997) concordam que a palavra *accountability* possui instabilidade semântica, uma vez que o vocábulo corresponde a um conceito com “significados e amplitudes plurais” (AFONSO, 2009, p. 58). No entanto, as análises de políticas de avaliação do final do século XX e início do século XXI se apropriaram do conceito de *accountability* para delimitar políticas de avaliação baseadas nos princípios de prestação de contas e responsabilização.

Para Afonso (2009), *accountability* para educação se consubstancia em prestação de contas, avaliação e responsabilização, muito embora o autor destaque que não há um sistema ou modelo consolidado de *accountability* em Portugal, tampouco no Brasil. Como não existe um modelo de prestação de contas, utiliza-se, nesses dois países, o que o autor considera como formas parcelares de *accountability*, que são ações legalmente consagradas que procuram prestar contas e dar visibilidade às ações educativas. Essas ações se materializam em:

A avaliação do desempenho docente; os resultados de exames e testes estandardizados (nacionais e internacionais) e os *rankings* escolares; o regime de autonomia e gestão das escolas e o programa de avaliação externa das escolas. (AFONSO, 2009, p. 60).

A defesa de um novo enfoque de gerencialismo na educação nos países da América Latina encontra terreno fértil no documento *Financiamiento y gestión de la educación en América Latina y El Caribe*, formulado pela Unesco em parceria com o Cepal. Tal documento reforça e promove o *accountability* na perspectiva da prestação de contas como ferramenta da gestão escolar:

Una mayor autonomía de la escuela reconoce la importancia de la rendición de cuentas (*accountability*) cuyo objeto es entregar información que permita a la comunidad, a la autoridad y a la

sociedad en general saber si el establecimiento está cumpliendo con las metas y funciones acordadas. El sistema de rendición de cuentas se asocia al mejoramiento en el desempeño de los alumnos no sólo porque faculta a actores extra-escuela – desde padres has instancias centrales de planificación y evaluación – para exigir una oferta pertinente y de calidad, sino porque también introduce en la escuela rutinas de compromiso y monitoreo, que imponen mayor sentido de responsabilidad por el funcionamiento y los resultados. Un compromiso con la rendición de cuentas requiere incentivos. En general, las remuneraciones o la promoción de los m​aestros no est​an condicionadas a su desempe​o en la sala de clase, precisamente porque este desempe​o no es evaluado ni monitoreado. Es importante ligar la rendici​n de cuentas a sistemas meritocr​ticos de premios y sanciones al personal docente y a los directivos de las escuelas. (CEPAL; UNESCO, 2004, p. 70).

As concep​es de *accountability* indicadas no documento refor​am pol​ticas meritocr​ticas, de maior autonomia e responsabiliza​o da escola. Tais pol​ticas se materializam no aperfei​amento da gest​o escolar, bem como no uso dos resultados do Ideb e dos *rankings* formulados a partir da divulga​o do ​ndice, funcionamento como formas parcelares de *accountability* (AFONSO, 2009), na medida em que informa, presta contas e responsabiliza os sistemas de ensino pelo resultado obtido no ​ndice.

Segundo Dias Sobrinho (2002), a avalia​o externa se transformou em *accountability*, uma vez que ela tinha a fun​o de prestar contas ao governo e ​ sociedade, assim como cobrar das inst​ncias executoras, nesse caso, as unidades escolares, o cumprimento de obriga​es, sob o ponto de vista da efici​ncia. Nesse sentido, sua caracter​stica mais marcante era demonstrar ​ndices de rendimento, tanto aos governos como para a sociedade civil, al​m de controlar e propor pol​ticas p​blicas, legitimando o controle do Estado.

A *accountability* ganha, portanto, centralidade social e pol​tica no contexto empreendido pelas reformas ocorridas em diversos pa​ses da Am​rica Latina na d​cada de 1990. Em tais pa​ses, as reformas empreendidas evocam um novo modelo de gest​o como estrat​gia para assun​o de melhores servi​os p​blicos e uma sociedade mais democr​tica e transparente, com ​nfase t​m no controle dos gastos.

Segundo Oliveira (2005), sob esse aspecto, ​ poss​vel afirmar que as avalia​es externas, realizadas via testes padronizados, ganharam um papel significativo nas sociedades contempor​neas, cabendo-lhes, pois, a responsabilidade de validar e legitimar iniciativas educacionais. Essa valida​o e legitima​o se consubstanciam no Ideb, que se configura como o *accountability* da educa​o brasileira, na medida em que pressiona os sistemas de ensino a alcan​ar notas cada vez maiores no ​ndice.

O Estado determina os princípios e as bases da avaliação, desenvolve os exames, aplica os testes, corrige-os, afere e divulga os resultados. A partir dos resultados obtidos, as redes e instituições de ensino são compelidas a prestar contas, criando estratégias e implementando ações com vistas a reverter números indesejáveis. (SCHNEIDER; NARDI, 2013, p. 35).

Diante do quadro regulatório que o Ideb estabelece aos sistemas de ensino e escolas, e com tendo como base de articulação de ações, o pressuposto da qualidade educacional, o índice acaba por se constituir como principal indutor de estratégias e ações que, de um lado procuram adequar, na concepção proposta pelo próprio contexto da microrregulação local, os processos educativos, e de outro, atender às metas projetadas pelo Ideb, ademais as relações estabelecidas entre as notas das avaliações externas, o Ideb e a responsabilização das instituições escolares caracterizam um formato de política excludente, meritocrática e competitiva, aos moldes instituídos pelo *accountability*.

METODOLOGIA

No que concerne ao caminho metodológico para construção deste trabalho, optou-se por adotar uma abordagem de pesquisa qualitativa.

A metodologia envolveu a análise de: a) textos de fundamentação sobre a transição do Estado burocrático para o gerencial, bem como os novos mecanismos de gerenciamento da educação, com especial atenção para as recomendações das agências multilaterais com o BM e o BIRD, uma vez que a partir de tais recomendações incidem o que Ball, Bowe e Gold (1992) denominam de contexto de influência, no referencial teórico analítico do ciclo de políticas; b) análise de documentos oficiais do MEC/Inep e da Secretaria Municipal de Educação que inserem o Ideb como indicador de qualidade e como indutor de políticas públicas e ações em prol da melhoria do processo ensino e aprendizagem, perfazendo o que Ball, Bowe e Gold (1992) designam de contexto de produção de texto; c) observação e entrevista semiestruturada realizada com gestores de 15 unidades escolares de ensino fundamental, de maneira a investigar os desdobramentos do resultado do Ideb sobre a gestão das escolas, bem como as estratégias e ações propostas tendo o Ideb como pressuposto; d) entrevista semiestruturada com a secretária municipal de educação, para desvelar como os resultados do Ideb subsidiam a formulação e a implementação de políticas educacionais. As entrevistas se articulam com o contexto da prática, como possibilidade de perceber a reinterpretção e a reconstrução das políticas tanto no sistema como nas escolas investigadas.

As análises privilegiaram a *policy cycle approach* ou abordagem do ciclo de políticas, ancorado nos estudos de Bowe, Ball e Gold (1992) e sistematizado por Mainardes (2006). Esta abordagem colabora para compreender a trajetória do Ideb desde sua formulação até sua implementação, na perspectiva de considerar os processos micropolíticos, bem como a “ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local” (MAINARDES, 2006, p. 49).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As perspectivas trazidas pela abordagem do ciclo de políticas evidenciam que as políticas públicas sofrem modificações no contexto da prática. Do processo de formulação (contexto de produção de texto) ao contexto de prática, muitas variáveis vão se constituindo na tradução dos “textos políticos” (BALL, 2006).

Nesse percurso, as políticas sofrem influência de interpretação, tradução, recriação e criação. De acordo com a abordagem do ciclo de políticas,

[...] o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Para estes autores, o ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas”. (BOWE et al. apud MAINARDES, 2006, p. 53).

Para investigar o contexto da prática, procurou-se considerar as posturas adotadas pela gestão escolar ao fazer intervenções administrativas e pedagógicas nas unidades escolares pesquisadas, partindo da hipótese de que, enquanto mecanismo da microrregulação local, o Ideb se constitui no principal articulador de ações e estratégias no interior da escola pública municipal de nível fundamental.

Convém destacar que as políticas educacionais no interior das unidades escolares são praticadas mediante acordos, ajustes e idiosincrasias dos atores sociais que executam tais políticas (MAINARDES, 2006).

Colaboram com esse entendimento as argumentações de Ball (2001, p. 102):

[...] a maior parte das políticas são frágeis, produtos de acordos, algo que pode ou não funcionar; elas são retrabalhadas, aperfeiçoadas, ensaiadas, crivadas de nuances e moduladas através de complexos processos de influência, produção e disseminação de textos e, em última análise, recriadas nos contextos da prática.

Para o estudo em questão, foram coletados dados, nas escolas de ensino de um município de médio porte situado no interior do Estado de São Paulo. A pesquisa procurou examinar os contextos nos quais as políticas são produzidas e materializadas, partindo da perspectiva de que as influências e determinações são desencadeadas, em um primeiro momento, pelo contexto de influência no nível macro e, conseqüentemente, das recomendações das agências multilaterais. Barroso (2006) denomina esse processo de regulação transnacional, enquanto Afonso (2001) denomina-o como regulação supranacional.

Em um segundo momento, a análise incide sobre os documentos legais considerados pela abordagem do ciclo de políticas como contexto de produção de texto, cujo teor invoca uma ação dos atores sociais envolvidos na formulação e implementação das políticas, e, finalmente, a análise dos resultados considera o contexto da prática, delineada nesta investigação, pela coleta, por meio das entrevistas feitas com as gestoras das unidades escolares pesquisadas, no intuito de entender, no contexto micro, como se materializam as ações e políticas educacionais.

Nesse percurso, procurou-se evidenciar o delineamento da política educacional brasileira, do nível macro, entendido como a formulação da própria política, de acordo com as sugestões dos organismos multilaterais, constantes dos referenciais jurídicos normativos, invocados pelo Plano de Desenvolvimento da Educação e pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto n.º 6.094/07) e ao nível micro, consubstanciado nas práticas de gestão desenvolvidas nos ambientes investigados.

Diante do quadro regulatório que o Ideb estabelece aos sistemas de ensino e escolas, e com tendo como base de articulação de ações da gestão o pressuposto da qualidade educacional, o índice acaba por se constituir como principal indutor de estratégias e ações que, de um lado procuram adequar, na concepção proposta pelo próprio contexto da microrregulação local (Barroso, 2006), os processos educativos, e de outro, atender às metas projetadas pelo Ideb.

No decorrer das entrevistas, foi possível perceber que o Ideb é utilizado pela gestão, principalmente para aumentar as notas do próprio índice nos anos subsequentes. Nesse sentido, há uma reflexão sobre os resultados e a partir disso empreendem-se ações de melhoria da qualidade dos processos educativos, o que impacta em melhoria da nota do Ideb. Também foi possível perceber, ainda que de forma bastante velada, que o Ideb imprime uma pressão, não tanto no sistema, mas na gestão das escolas. Os gestores sentem-se responsáveis pela nota do Ideb, por isso procuram implementar ações no espaço escolar com vistas à melhora da nota do índice.

Nesse ponto, é possível observar o processo de regulação da educação por meio do Ideb e os mecanismos engendrados no interior das escolas que formam a microregulação local (Barroso, 2006). Portanto, a prática da gestão escolar concretiza as políticas públicas educacionais que, *a priori*, foram sugeridas por organismos multilaterais, reorganizadas a partir da reforma do Estado, e legitimadas pelas políticas públicas educacionais e consubstanciada nos documentos oficiais, como o PDE e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Dentre as ações implementadas pela gestão escolar, tendo como subsídio o resultado do Ideb, destaca-se o monitoramento e o controle do desempenho dos alunos, principalmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática; a elaboração de simulados; o estudo em momentos de atividade de trabalho pedagógico objetivando formular estratégias para melhorar os processos educativos e, conseqüentemente, a nota do índice, a instituição de programas voltados à equipe de apoio escolar de modo a estimular o sentimento de pertencimento e responsabilidade das equipes pelos resultados da unidade escolar e finalmente a implantação da olimpíada municipal de Língua Portuguesa e Matemática com a proposta de realizar avaliação do desempenho, estudar os descritores diagnosticando os que precisam de maior atenção e estabelecer um plano de ação para superação de possíveis defasagens.

As investigações realizadas nos permitiram considerar que o Ideb, embora seja um indicador que fundamenta as proposições de políticas das escolas, as ações desencadeadas no ambiente escolar são ressignificadas pelos atores sociais locais, ou seja, pelos gestores dos sistemas e das escolas e ganham contornos e interpretação diferentes, adesão e dissidência de acordo com as idiossincrasias de tais atores.

Embora se preconize uma nova gestão de escola pública baseada no resultado, foi possível perceber uma gestão que não desconsidera tais proposições, mas incide fundamentalmente mais no processo do que no produto ou nos resultados esperados.

As “traduções” no contexto da “prática” indicam que os gestores investigados não contemplam o Ideb como indicador fidedigno de qualidade, no entanto, sentem-se responsabilizados pelas notas do indicador. Essa responsabilização é que impulsiona ações de melhoria e alcance das notas estabelecidas pelo MEC/Inep. Entre as opções implementadas pela gestão, tendo o Ideb como subsídio, foram convergentes as ações que procuram repensar estratégias que diminuam os índices de reprova e evasão, como a articulação da escola com a família e a adoção da recuperação contínua e paralela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações realizadas nos permitiram considerar que o Ideb, embora seja um indicador que fundamenta as proposições de políticas das escolas, as ações desencadeadas no ambiente escolar são ressignificadas pelos atores sociais locais, ou seja, pelos gestores dos sistemas e das escolas e ganham contornos e interpretação diferentes, adesão e dissidência de acordo com as idiossincrasias de tais atores.

Embora se preconize uma nova gestão de escola pública baseada no resultado, foi possível perceber uma gestão que não desconsidera tais proposições, mas incide fundamentalmente mais no processo do que no produto ou nos resultados esperados.

Outra constatação que esta pesquisa demonstrou foi a utilização dos resultados do Ideb como subsídio para melhoria das notas do próprio índice, do ano subsequente. Isto pode ser verificado pela opção dos gestores em implementar estratégias de ensino que contemplam o simulado com exercícios semelhantes aos da Prova Brasil, a revisão de conteúdos de ensino, e o estudo e análise dos descritores das áreas de Língua Portuguesa e Matemática com os docentes, de forma a garantir, para além dos processos qualitativamente superiores, melhores notas de Ideb. A pressão por melhores notas e a responsabilização da escola pela nota obtida também é uma tônica para a implementação de tais ações.

As traduções no contexto da prática indicam que os gestores investigados não contemplam o Ideb como indicador fidedigno de qualidade, no entanto, sentem-se responsabilizados pelas notas do indicador. Essa responsabilização é que impulsiona ações de melhoria e alcance das notas estabelecidas pelo MEC/Inep. Entre as opções implementadas pela gestão, tendo o Ideb como subsídio, foram convergentes as ações que procuram repensar estratégias que diminuam os índices de reprova e evasão, como a articulação da escola com a família e a adoção da recuperação contínua e paralela.

Os indicadores, como o Ideb, precisam integrar uma construção social que se legitima e se desenvolve no interior dos estabelecimentos de ensino objetivando melhoria da organização escolar e, conseqüentemente, da qualidade. Vale destacar a argumentação de Costa e Szatkoski (2015, p. 172) sobre a qualidade da escola pública.

É fundamental examinar, trazer, fazer emergir o que significa qualidade na escola pública, construindo e reconstruindo esse conceito e entendendo que a política é uma prática social produtora de novos sentidos onde vários olhares se manifestam e acabam construindo fazeres que permitam chegar mais perto dos propósitos a que se destina cada unidade.

A qualidade portanto, é uma transação, uma negociação que deriva de um debate entre os atores sociais. É um projeto a ser traduzido e refletido na prática compartilhada da gestão escolar.

Destarte é preciso construir um indicador que possa captar diferentes dimensões e fatores que influenciam a qualidade nos processos educativos das escolas brasileiras. Para além da divulgação dos

dados, da responsabilização e da criação de um *ethos* competitivo entre as escolas, o Ideb enquanto ferramenta da gestão escolar precisa integrar a qualidade negociada aos processos de operacionalização, dando desta forma sentido mais amplo e menos reducionista, lançando um olhar integrador de todas as dinâmicas que fazem parte da qualidade, mas que são muitas vezes desconsiderados pelo indicador.

Finalmente, destacamos que é preciso avançar na articulação entre os processos de autoavaliação institucional, na perspectiva de considerar as potencialidades e as fragilidades das instituições escolares, os indicadores como o Ideb, que se constituem como foco dos processos decisórios das políticas educativas mais centrais e a qualidade negociada, contemplada pelos atores sociais das instituições escolares e em consonância com os projetos políticos pedagógicos das instituições escolares. Essa articulação parece ser um caminho fértil a ser trilhado para a construção de uma educação de qualidade sociocultural.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 22, n. 75, p. 15-32, ago. 2001.
- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas contemporâneas 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- AFONSO, Almerindo Janela. Políticas avaliativas e *accountability* em educação: subsídios para um debate ibero-americano. **Sísifo**. Revista de Ciências da Educação, Lisboa, n. 9, p. 57-70, maio-ago. 2009. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/14840135/politicas-avaliativas-e-accountability-em-educacao-sisifo>>. Acesso: 20 set. 2021.
- BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.
- BARROSO, João (org.). **A regulação das Políticas Públicas de Educação**: espaços, dinâmicas e actores. VISEU, S. (colab.). Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2006.
- BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.
- BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 35, n. 126, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p.10-32, jul./dez. 2006.

BOWE, Richard.; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. A. **Reforming education e chaging school: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programa e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 abr. 2007.

CEPAL; UNESCO. **Financiamiento y gestión de la educación en América Latina y el Caribe**. San Juan, Puerto Rico, 2004. Disponível em:

<<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/15087/DGE-2253-SES30-15.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

COSTA, Daianny Madalena. ; SZATKOSK, Luciane. Possibilidades de avanço democrático a partir das políticas educacionais: olhares sobre a gestão municipal de Jacareí. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Vol.31, n.1 p. 159-175, jan/abr 2015.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, Luiz Carlos de (org.). **Avaliação**. Construindo o campo e a crítica. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2002. v. 1. p. 13-62.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA, João Batista de Araújo e. Desigualdades e políticas compensatórias. In: SCHWARTZMAN, Simon.; BROCK, Colin. (orgs.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 53-89.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. O potencial do IDEB como estratégia de accountability da qualidade da educação básica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE/ANPAE)**, v. 29, n. 3, set./dez. 2013.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. O IDEB e a construção de um modelo de *accountability* na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 27, n. 1, p. 7-28, 2014.